



## ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS SEGUEM NA LUTA PELA SUSPENSÃO DO REAJUSTE ABUSIVO DA GEAP

**H**á mais de três meses, entidades representativas dos servidores públicos federais lutam para suspender o reajuste abusivo de 37,55% anunciado pela Geap Autogestão em Saúde, que começou a vigorar em 1º de fevereiro. A Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (FENASPS), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS) e o Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência no Estado de Goiás e Tocantins (SINTFESP-GO/TO) são algumas das que ajuizaram Ações Cíveis Públicas com esse fim.

Até o momento, apenas a FENASPS teve o pedido de antecipação de tutela deferido parcialmente, o que assegura índice de reajuste no plano de saúde no valor de 20% de inflação médica, indicado pela ANS para o ano de 2016, para servidores da Saúde, Previdência Social, Anvisa e INSS da base dos sindicatos filiados à Federação. Em virtude desta decisão, o SINTFESP-GO/TO enviou à FENASPS, no dia 10 de março, a relação dos beneficiários da GEAP nos Estados de Goiás e Tocantins vinculados às patrocinadoras Ministério da Saúde, Ministério da Previdência Social e INSS, além de um requerimento para que fossem fornecidas as relações dos agregados vinculados a esses beneficiários.

### Imbróglio

Como a GEAP foi intimada da liminar apenas no dia 11 de março, data de fechamento da folha do pagamento, a ordem seria cumprida no mês de abril. Contudo, ao consultar as prévias dos contracheques deste mês, verificou-se que a liminar não tinha sido cumprida em alguns estados e apenas parcialmente em outros, excluindo agregados e servidores que realizam os pagamentos das contribuições por meio de boletos. Diante disso, a Direção e a Assessoria Jurídica da FENASPS se reuniram com a Chefe de Gabinete e dois advogados da GEAP no dia 20 de abril, em busca de esclarecimentos.

Na ocasião, foi informado que, por orientação da sua assessoria jurídica, a GEAP decidiu descumprir a ordem judicial porque a Federação careceria de legitimidade para propor a demanda em relação a alguns estados. A FENASPS foi firme no sentido de dizer que nem a GEAP, nem sua assessoria jurídica, possuíam a prerrogativa de interpretar a ordem judicial, muito menos para reduzir-lhe o significado, e que se a Fundação pretendia limitar a abrangência da liminar deferida pela Justiça Federal, deveria fazê-lo em petição dirigida ao Juiz da Ação, único capaz de decidir o tema.

Foi lembrado à GEAP, ainda, que a Fundação havia tentado debater este assunto no Agravo de Instrumento, e que mais uma vez não obteve sucesso, o que tornava ainda mais grave a arbitrária posição por ela adotada no sentido de descumprir a ordem. Por fim, a FENASPS declarou que se a GEAP não alterasse sua ilegal e abusiva posição até o início da tarde de 20 de abril, a Federação comunicaria este fato ao Juiz da causa, pedindo que este determinasse a prisão do Diretor Executivo da entidade.

### Encaminhamentos

Uma audiência com o Presidente do Conselho Deliberativo da GEAP foi agendada para o mesmo dia com o objetivo de sensibilizá-lo sobre a gravidade do problema e pedir que intercedesse junto à Direção Executiva da Fundação, contudo, durante a conversa, um dos advogados da GEAP informou que a Diretoria Executiva teria reconhecido o equívoco da sua posição e determinado cumprimento total da liminar deferida à FENASPS. O porém é que a folha de pagamento do mês de abril já havia sido fechada dois dias antes e homologada no dia anterior, adiando o cumprimento da liminar para a folha de maio, a ser quitada no início de junho.

O SINTFESP-GO/TO já está analisando os contracheques e boletos de servidores da categoria para ver quem foi ou não contemplado com a redução do reajuste. Vale ressaltar que no mês de abril a GEAP devolveu o recolhimento que fez a maior antes da majoração da contribuição devida pelos órgãos públicos, de modo que a redução decorrente deste acerto de contas não deve influenciar o reajuste. Os casos em que forem constatadas irregularidades serão encaminhados à FENASPS para exigência e acompanhamento do cumprimento da decisão para o mês de maio.

A orientação da Federação é para que os sindicatos verifiquem, no início do mês de maio, se os valores da mensalidade foram realmente reduzidos e se a devolução do valor cobrados a mais em abril também estão sendo devolvidos. A Assessoria Jurídica da FENASPS está estudando, ainda, a viabilidade jurídica de um pedido de multa, a ser imposta à GEAP, em razão ao descumprimento da decisão judicial.

### Outras ações

No dia 11 de fevereiro, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS), por meio do seu presidente, Sandro Alex Cezar, também ajuizou uma Ação Revisional, na vara da Seção Judiciária do Distrito Federal. Além da suspensão do reajuste até o trânsito e julgado da ação, a entidade reivindicou manutenção dos valores cobrados até dezembro de 2015, dentre outros pontos. Sob o número 00087929820164013400, a ação foi distribuída para a 13ª Vara Federal.

Já a Ação Civil Pública, ajuizada em 29 de fevereiro pelo SINTFESP-GO/TO, foi protocolizada no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e distribuída para 12ª Vara Cível de Goiânia, sob o número 70110-83.2016.8.09.0051, contudo, o pedido de tutela antecipada foi indeferido. Diante disso, o Sindicato interpôs recurso de Agravo de Instrumento, que foi distribuído para o Desembargador Delintro Belo de Almeida Filho, sob o número 96674-58.2016.8.09.0000 (201690966742), na 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, contudo, no último 13, foi proferida decisão monocrática negando seu seguimento.

A Diretoria Executiva Colegiada do SINTFESP-GO/TO reitera que encontra-se atenta e tomando todas providências políticas e jurídicas necessárias na defesa dos seus filiados.

# ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS SPFs REALIZAM SEMANA DE LUTAS E ATIVIDADES CONTRA PLP 257/2016

O Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasef) realizou, entre os dias 10 e 13 de maio, mais uma semana de lutas e atividades contra o Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2016 e pelo cumprimento dos PLs dos acordos assinados por algumas entidades representativas dos SPFs. O movimento foi realizado em Brasília/DF, principalmente com caravanas e mobilizações no Congresso Nacional.

Entidades, lideranças e setores organizados da sociedade civil se reuniram para fortalecer a luta em defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras dos setores público e privado e barrar mais esse ataque de autoria do Executivo, que tramita em regime de urgência na Câmara dos deputados para ser votado ainda no início deste mês. Dentre os riscos que o projeto prevê para a categoria, estão:

✓ Reforma do regime jurídico de todos os

- servidores públicos; ativos e inativos;
- ✓ Suspensão dos concursos públicos;
- ✓ Congelamento de salários dos servidores públicos;
- ✓ Risco de não cumprimento da aplicação do reajuste percentual de 5% em 2016 e 2017;
- ✓ Congelamento do salário-mínimo;
- ✓ Suspensão do pagamento de progressões e gratificações;
- ✓ Vedação da criação de cargos, empregos e funções ou alteração da estrutura de carreiras;
- ✓ Destruição da previdência social;
- ✓ Aumento da contribuição previdenciária social para 14%;
- ✓ Fim das licenças prêmio, sabática e os quinquênios;
- ✓ Cortes no orçamento social;
- ✓ Suspensão de aumento real para as despesas de custeio e redução, em pelo menos 10% das despesas com cargos de livre provimento;
- ✓ Implementação de programas de desligamento voluntário de servidores públicos.

## SINTFESP-GO/TO APOIA ENCONTRO GOIANO DA LUTA ANTIMANICOMIAL

O SINTFESP-GO/TO é um dos apoiadores do Encontro Goiano da Luta Antimanicomial, que acontecerá entre os dias 18 e 20 de maio, no Auditório da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG), na Praça Universitária. O evento é uma iniciativa do Fórum Goiano de Saúde Mental (FGSM) e parceiros, em comemoração ao Dia Nacional da Luta Antimanicomial, celebrado na próxima quarta-feira.

A programação inclui um Ato Público no dia 18, com concentração às 8h, na Praça Cívica. O grupo vai percorrer as Avenidas Goiás e Paranaíba até chegar no Mercado Popular da Rua 74, onde haverá performance teatral e encerramento do ato. Nos dois dias seguintes, o Encontro começa às 8h e segue até às 17h30 com debates, apresentações

culturais, oficinas, mostras, rodas de conversa e homenagens.

Dentre os temas que serão discutidos estão: Os pilares do SUS e seus alicerces de cidadania e cuidado; O desenho da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) em Goiás e os planos de ações pactuados; Desafios da desmedicalização e a desinstitucionalização na construção da RAPS em Goiás; Experiências de construção de RAPS em Goiás; Os desafios na implantação do CAPS III; Urgências do usuário dos serviços de saúde mental e acolhimento na cidade; Políticas de Práticas Integrativas e Complementares, cuidados tradicionais e profissionais na RAPS.

A programação completa pode ser conferida no site do sindicato ([www.sintfesp.org.br](http://www.sintfesp.org.br)).

**A Diretoria Executiva Colegiada do SINTFESP-GO/TO informa que o Demonstrativo de Receitas e Despesas do Exercício de 2014 já pode ser conferido no site do sindicato ([www.sintfesp.org.br](http://www.sintfesp.org.br)) e que os dados referentes ao ano de 2015 já estão sendo analisados pelo Conselho Fiscal para posterior publicação.**